



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL MAYNARD
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

TERMO DE REFERENCIA

1. OBJETO

Aquisição de materiais de higiene pessoal para atender às necessidades básicas e garantir condições adequadas de higiene e cuidado aos alunos matriculados da creche do município de General Maynard.

O objeto possui natureza de bem comum, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021.

Critério de julgamento: menor preço por lote.

Modo de disputa: aberto.

O objeto possui natureza de bem comum, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021.

1.1 DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação será realizada mediante procedimento de dispensa de licitação, na forma do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, em razão do valor da contratação, observados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, interesse público, economicidade e seleção da proposta mais vantajosa.

O procedimento observará, subsidiariamente:

- Lei nº 14.133/2021;
- IN SEGES/ME nº 67/2021;
- normas do Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP;
- regras locais aplicáveis às contratações diretas eletrônicas.

1.2 DO PROCEDIMENTO DE DISPENSA ELETRÔNICA

A contratação será realizada por meio de Dispensa Eletrônica com disputa por lances, em ambiente eletrônico oficial utilizado pelo Município, observando-se os princípios da transparência, competitividade, eficiência e economicidade.

O procedimento obedecerá às seguintes etapas:

I – divulgação do aviso de contratação direta no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e sítio eletrônico oficial;

II – prazo mínimo de 03 (três) dias úteis para apresentação de propostas, conforme art. 75, §3º, da Lei nº 14.133/2021;

III – recebimento das propostas iniciais exclusivamente por meio eletrônico;

IV – abertura da sessão pública eletrônica para apresentação de lances sucessivos;

V – adoção do modo de disputa aberto;

VI – classificação provisória das propostas pelo critério de menor preço por lote;

VII – fase de negociação, quando cabível;

VIII – análise da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar;



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL MAYNARD
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

IX – verificação da habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, econômico-financeira e técnica;

X – adjudicação e posterior autorização da contratação pela autoridade competente.

Durante a fase competitiva:

- a) os licitantes poderão oferecer lances sucessivos e inferiores ao último lance ofertado;
- b) somente serão aceitos lances com redução mínima definida no aviso de contratação;
- c) o sistema eletrônico registrará data, horário e valor dos lances;
- d) será considerado vencedor o fornecedor que apresentar a proposta mais vantajosa e atender integralmente às exigências de habilitação e especificações técnicas.

Encerrada a fase de lances, a Administração poderá realizar diligências para verificação da exequibilidade da proposta, compatibilidade de preços e atendimento das especificações técnicas.

1.3 DA JUSTIFICATIVA DE NÃO ELABORAÇÃO DO ESTUDO TECNICO PRELIMINAR

1.3.1 Fundamentação Legal

Nos termos do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, o Estudo Técnico Preliminar constitui documento que evidencia o problema a ser resolvido e a melhor solução técnica e econômica.

Entretanto, a própria sistemática da Lei permite racionalização do planejamento quando:

- O objeto é comum;
- A solução é padronizada;
- Não há complexidade técnica;
- Não há alternativas tecnológicas relevantes a serem comparadas;
- A contratação é simples e recorrente.

O art. 72 da Lei nº 14.133/2021, ao tratar da instrução processual, exige planejamento compatível com a complexidade do objeto.

1.3.1.2 Caracterização do Objeto

- A presente contratação refere-se aquisição de materiais de higiene pessoal. Trata-se de objeto comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, não demandando desenvolvimento tecnológico específico nem solução técnica complexa.
- O fornecimento ocorrerá conforme necessidade da Secretaria Municipal de Educação, mediante emissão de Ordem de Fornecimento.

1.3.1.3. Inexistência de Alternativas Técnicas

A solução adotada consiste na aquisição direta de materiais de utensílios domésticos em quantitativos previamente definidos, conforme especificações padronizadas de mercado, não havendo necessidade de avaliação comparativa entre soluções tecnológicas ou estudos complementares de engenharia.

1.3.1.4. Planejamento já Formalizado no DFD

O Documento de Formalização da Demanda já apresenta:



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL MAYNARD
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

- Justificativa da necessidade;
- Quantitativos;
- Fundamentação legal;
- Indicação orçamentária;
- Análise preliminar de riscos.

Dessa forma, o DFD cumpre a função essencial de planejamento compatível com a simplicidade do objeto.

2 JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação tem por finalidade assegurar o fornecimento de materiais de higiene pessoal destinados ao atendimento das crianças matriculadas na creche da Rede Municipal de Ensino de General Maynard/SE, garantindo condições adequadas de higiene, saúde, conforto, bem-estar e segurança durante sua permanência no ambiente escolar.

A Educação Infantil constitui etapa essencial do desenvolvimento da criança, cabendo ao Poder Público proporcionar ambiente adequado ao atendimento das necessidades básicas dos alunos, especialmente daqueles que, em razão da faixa etária, demandam cuidados permanentes relacionados à higiene pessoal, troca de fraldas, higiene bucal e prevenção de doenças.

A indisponibilidade dos materiais de higiene compromete diretamente a qualidade do atendimento prestado pela unidade escolar, podendo ocasionar riscos sanitários, aumento da incidência de doenças, assaduras, infecções, alergias e outras situações que impactam negativamente a saúde e o bem-estar das crianças atendidas.

A contratação encontra respaldo nos princípios constitucionais da proteção integral da criança e do adolescente, bem como nas diretrizes estabelecidas pela Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), pela Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e pelas normas sanitárias aplicáveis aos ambientes destinados à educação infantil.

Os quantitativos estimados foram definidos pela Secretaria Municipal de Educação com base no número de alunos atendidos pela creche municipal, no histórico de consumo dos exercícios anteriores, na frequência de utilização dos materiais e na necessidade de manutenção de estoque mínimo para garantir a continuidade dos serviços sem interrupções.

A aquisição pretendida busca assegurar a regularidade do atendimento educacional, a promoção de hábitos adequados de higiene desde a primeira infância, a prevenção de agravos à saúde e o cumprimento das exigências sanitárias aplicáveis às unidades de ensino infantil, contribuindo para a melhoria da qualidade dos serviços públicos ofertados à população.

2.1 JUSTIFICATIVA DA SOLUÇÃO ADOTADA

A solução adotada consiste na aquisição de materiais de higiene pessoal por meio de contratação de fornecedor especializado, considerando tratar-se de bens comuns, amplamente disponíveis no mercado, cujas características podem ser objetivamente definidas por especificações usuais de mercado, nos termos da Lei nº 14.133/2021.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL MAYNARD
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

A aquisição direta dos produtos mostra-se a alternativa mais adequada e economicamente vantajosa para a Administração, uma vez que os materiais são consumíveis, possuem utilização contínua e indispensável ao funcionamento regular da creche municipal, não sendo viável a adoção de outras soluções capazes de atender satisfatoriamente à necessidade identificada.

A contratação permitirá a reposição regular dos estoques, evitando desabastecimento, prejuízos ao atendimento das crianças e riscos sanitários decorrentes da ausência dos materiais necessários às rotinas de higiene e cuidados pessoais, atendendo aos princípios da eficiência, economicidade, interesse público e continuidade dos serviços públicos previstos na Lei nº 14.133/2021.

3 DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- a. Poderão participar do processo os interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste Termo de Referência, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta contratação.

4 DESCRIÇÃO DA AQUISIÇÃO E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

LOTE ÚNICO – KIT HIGIENE INFANTIL

O lote será composto pela totalidade dos itens descritos neste Termo de Referência devendo o licitante apresentar proposta contemplando todos os itens integrantes do lote.

A adjudicação ocorrerá de forma global, sendo considerada vencedora a proposta que apresentar o menor valor total para o lote, desde que atendidas todas as exigências de habilitação e especificações técnicas previstas neste Termo de Referência.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QTDE	Vlr Unt	Vlr total
1	ÁGUA DE CÔLONIA INFANTIL , Se 16m álcool testado dermatologicamente acondicionado em frascos com no mínimo 1 litro.	UND	50	22,90	1.145,00
2	BUCHA DE BANHO – Cores variadas. Formato quadrada ou oval. Tamanho aproximado: 13cm/8cm. Composição: Espuma de Poliuretano e Fibra Sintética de Talco. Validade: indeterminada	UND	30	2,20	66,00
3	CONDICIONADOR – infantil, com volume próximo de 1 litro. Para todo tipo de cabelo. Eficaz e seguro, não frita os olhos, hipoalergênico e Dermatologicamente testado, com perfume suave. A embalagem deveser conter externamente os dados de identificação, procedência, numero do lote, validade.	UND	50	19,50	975,00
4	CREME DENTAL 50GR – Fórmula vegana com 0% aromas, adoçantes, corantes e conservantes artificiais que garanta a limpeza dos mais delicados dentes pequenos. Creme, uso infantil, sabo natural morango, textura gel, dental transparente com flúor ativo 0,24%. Caixa de papel cartão plastificada, contendo 1 tubo de 50g. A embalagem deveser conter	UND	50	3,20	160,00



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL MAYNARD
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

	externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade, número de registro no ministério da saúde e selo de aprovação da associação brasileira de odontologia (a.b.o)				
5	ESCOVA DENTAL – Infantil – Com cerdas de nylon macias; Cabo reto; Com aproximadamente 15cm de comprimento; Anatômico; Embalada individualmente em saquinho plástico lacrado.	UND	100	2,00	200,00
6	FRALDA DESCARTAVEL M – básica, infantil, hipoalergênica com elásticos ajustáveis na perna, com gel absorvente, com barreiras anti-vazamento, com fitas adesivas para ajuste ao corpo. Testada e aprovada dermatologicamente. Embalagem com aproximadamente 24 un.	PCT	50	10,40	520,00
7	FRALDA DESCARTAVEL P – básica, infantil, hipoalergênica com elásticos ajustáveis na perna, com gel absorvente, com barreiras anti-vazamento, com fitas adesivas para ajuste ao corpo. Testada e aprovada dermatologicamente. Embalagem com aproximadamente 24 un	PCT	40	21,50	860,00
8	FRALDA DESCARTAVEL XG – básica, infantil, hipoalergênica com elásticos ajustáveis na perna, com gel absorvente, com barreiras anti-vazamento, com fitas adesivas para ajuste ao corpo. Testada e aprovada dermatologicamente. Embalagem com aproximadamente 20 un.	PCT	50	14,37	718,50
9	FRALDA DE PANO – básica, infantil, quadrada 70x70m, 100% algodão, cor: branca. Fralda de pano para bebês confeccionado em tecido 100% algodão com toque macio. Possui formato quadrado nas bordas, costura padrão, extra absorvente, tecido duplo, toque macio, suave, ideal para uso diário, pronta para usar.	UND	100	18,70	1.870,00
10	HASTES FLEXÍVEIS PARA BEBÊS. Hastes flexíveis e inquebráveis, ante germes. Com ponta de segurança com trava que impede a entrada no canal do ouvido. Com 100% algodão puro, que não soltam fiapos, com fixação segura e higiênica. Caixa com aproximadamente 75 bastões.	CX	30	3,40	102,00
11	SABONETE LÍQUIDO INFANTIL: sabonete líquido antibacteriano, com ph balanceado. Enriquecido com alta concentração de extrato natural de glicerina vegetal, que possui propriedades emoliente e hidratante. Dermatologicamente testado e indicado para a limpeza diária de todos os tipos de pele.	UND	100	18,76	1.876,00



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL MAYNARD
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

	Contendo aproximadamente: 1 litro. Com aroma suave.				
12	SHAMPOO LÍQUIDO INFANTIL , com volume próximo a 1 litro. Para todo tipo de cabelo. Dermatologicamente testado, com perfume suaves, não irrita os olhos dos bebês e das crianças. Tem ph balanceado.	UND	100	8,29	829,00
13	POMADA PARA ASSADURA contém: óxido de zinco 200mg nistalina, embalagem: bisnaga com 600g und.	UND	60	12,75	765,00

- Os materiais fornecidos deverão observar, sempre que possível, critérios de sustentabilidade ambiental, durabilidade, redução de impactos ambientais, utilização de materiais recicláveis e atendimento às normas técnicas aplicáveis.
- As especificações técnicas constantes neste Termo de Referência possuem caráter meramente referencial, admitindo-se produtos equivalentes ou superiores, desde que atendidas integralmente as funcionalidades, desempenho e características mínimas exigidas

4.1 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os materiais de higiene pessoal objeto da presente contratação deverão atender integralmente às especificações técnicas descritas neste Termo de Referência, observando padrões mínimos de qualidade, segurança, higiene e desempenho compatíveis com a finalidade a que se destinam, considerando o atendimento de crianças matriculadas na creche municipal.

Os produtos deverão ser novos, de primeiro uso, acondicionados em embalagens originais do fabricante, devidamente lacradas quando aplicável, sem indícios de violação, avarias, adulterações ou danos que comprometam sua qualidade, conservação ou utilização.

Quando exigido pela legislação sanitária vigente, os produtos deverão possuir registro, notificação ou autorização junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA ou órgão competente, devendo atender às normas técnicas e regulamentares aplicáveis à sua fabricação, comercialização e utilização. Os materiais destinados ao uso infantil deverão possuir características compatíveis com a faixa etária dos usuários, observando requisitos de segurança, hipoalergenicidade, suavidade e adequação dermatológica, quando aplicável, visando minimizar riscos de irritações, alergias ou quaisquer danos à saúde das crianças.

Os produtos perecíveis ou sujeitos a prazo de validade deverão ser entregues com validade mínima correspondente a 75% (setenta e cinco por cento) do prazo total indicado pelo fabricante, contada da data de entrega, salvo justificativa técnica devidamente aceita pela Administração.

A contratada deverá assegurar que todos os produtos fornecidos sejam provenientes de fabricantes regularmente constituídos e autorizados a exercer suas atividades, responsabilizando-se integralmente pela qualidade, procedência, segurança e conformidade dos materiais entregues.

O transporte, carga, descarga e entrega dos produtos serão de inteira responsabilidade da contratada, devendo ser adotadas todas as medidas necessárias para preservar a integridade física e as condições adequadas de conservação dos materiais até o efetivo recebimento pela Administração.

A Administração poderá solicitar, sempre que julgar necessário, catálogos, fichas técnicas, laudos, certificados de qualidade, documentos de regularidade sanitária ou outros elementos capazes de



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL MAYNARD
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

comprovar a conformidade dos produtos ofertados com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

Não serão aceitos produtos que apresentem características inferiores às especificações mínimas exigidas, que estejam com prazo de validade inadequado, que possuam embalagem danificada ou que não atendam às exigências sanitárias e de qualidade previstas na legislação vigente.

Constatada qualquer irregularidade, defeito, vício de qualidade ou desconformidade com as especificações estabelecidas, a contratada deverá promover a substituição dos produtos recusados no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

5. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

5.1 O fornecimento será sob demanda, conforme necessidade da Secretaria Municipal de Educação.

5.2 A contratada deverá atender às solicitações formalizadas pela Administração mediante Ordem de Fornecimento.

5.3 A solicitação informará:

I – local de entrega;

II – data;

III – itens necessários;

IV – quantitativos.

5.4 Todos os materiais, equipamentos, transporte, mão de obra, encargos trabalhistas, previdenciários, tributários e seguros correrão exclusivamente por conta da contratada.

5.5 Os materiais serão recebidos provisória e definitivamente pelo fiscal do contrato, após verificação quantitativa e qualitativa.

5.6 Os materiais deverão ser entregues em até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da Ordem de Fornecimento

6 DO PARCELAMENTO

Nos termos do art. 40, §2º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, foi avaliada a viabilidade do parcelamento da contratação, concluindo-se que a adjudicação por lote único mostra-se a solução mais adequada ao interesse público.

Embora os itens que compõem a presente contratação sejam individualmente comercializados no mercado, todos possuem a mesma finalidade de utilização, qual seja, a composição de kits de higiene destinados ao atendimento das crianças matriculadas na creche municipal.

A contratação por lote proporciona maior eficiência administrativa, simplifica a gestão da execução contratual, reduz custos operacionais relacionados à emissão de pedidos, recebimento, fiscalização e pagamento, além de minimizar riscos de fornecimento parcial ou incompatibilidade entre os produtos adquiridos.

A divisão da contratação em itens independentes poderia resultar na adjudicação a diversos fornecedores, aumentando a complexidade do acompanhamento contratual, o risco de atrasos nas



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL MAYNARD
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

entregas e a possibilidade de desabastecimento de parte dos materiais necessários à composição dos kits de higiene.

Dessa forma, considerando a natureza integrada dos produtos, a compatibilidade entre os itens e a busca pela solução mais vantajosa para a Administração, o julgamento será realizado pelo critério de menor preço por lote, permanecendo preservados os princípios da competitividade, economicidade e eficiência previstos na Lei nº 14.133/2021.

7. CRITERIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

7.1 Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

7.1.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de Contratação Direta, na modalidade Dispensa Eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço global do lote, observadas as exigências deste Termo de Referência e da legislação aplicável.

7.1.2.1 Serão desclassificadas as propostas que:

- I – contiverem vícios insanáveis;
- II – não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas neste Termo de Referência;
- III – apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do valor estimado para a contratação;
- IV – não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- V – apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do instrumento convocatório, desde que insanáveis.

7.1.2.2 A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas, bem como solicitar documentos complementares necessários à comprovação da capacidade de fornecimento do licitante.

7.1.2.3 Consideram-se inexequíveis as propostas que apresentem preços incompatíveis com os valores de mercado, insuficientes para cobertura dos custos da contratação ou que possam comprometer a adequada execução do objeto.

7.1.3 DO TRATAMENTO FAVORECIDO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

7.1.3.1 Aplicam-se à presente contratação as disposições previstas na Lei Complementar nº 123/2006, especialmente quanto ao tratamento favorecido, diferenciado e simplificado destinado às microempresas e empresas de pequeno porte.

7.1.3.2 Será assegurado às microempresas e empresas de pequeno porte o direito de preferência na contratação, observadas as hipóteses de empate ficto, nos termos dos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

7.1.3.3 As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, ainda que esta apresente alguma restrição.

7.1.3.4 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, para regularização da documentação, nos termos da legislação vigente.

7.2 Exigências de habilitação

7.2.1 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

7.2.1.1 Habilitação jurídica



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL MAYNARD
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

- a) Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- b) Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- c) Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI;
- d) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- e) Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- f) Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- g) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- h) Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 7.2.1.1.1** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
- 7.2.1.1.2 Habilitação fiscal, social e trabalhista**
- 7.2.1.1.2.1** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 7.2.1.1.2.2** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 7.2.1.1.2.3** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 7.2.1.1.2.4** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 7.2.1.1.2.5** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 7.2.1.1.2.6** Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL MAYNARD
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

7.2.1.2.7 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

7.2.1.2.8 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

7.2.1.2.9 Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

7.2.1.2.10 Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

7.2.1.2.11 Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

7.2.1.2.12 Inexiste quaisquer fatos impeditivos de sua habilitação e que a mesma não foi declarada inidônea por Ato do Poder Público Municipal, ou que estejam temporariamente impedida de licitar, contratar ou transacionar com a Administração Pública de General Maynard/SE (inciso III e IV do art. 156 da Lei 14.133/2021);

7.2.1.2.13 Não possui sócio ou administrador enquadrado nas hipóteses de impedimento previstas nos arts. 9º e 14 da Lei nº 14.133/2021.;

7.2.1.2.14 Conhece na íntegra o Edital, está ciente e concorda com as condições impostas nele e em seus anexos, ao passo que se submete às condições nele estabelecidas, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

7.2.1.2.15 Atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

7.3.1.1 Qualificação Econômico-Financeira

7.3.1.3.1 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

7.3.2 Habilitação Técnica

- Em razão da natureza comum do objeto, consistente no fornecimento de materiais de higiene pessoal amplamente comercializados no mercado, e considerando a baixa complexidade da execução contratual, não será exigida qualificação técnica específica mediante apresentação de atestado de capacidade técnica.
- A dispensa da exigência de qualificação técnica observa os princípios da razoabilidade, proporcionalidade, competitividade e seleção da proposta mais vantajosa, previstos na Lei nº 14.133/2021, uma vez que o objeto não demanda conhecimento técnico especializado, mão de obra qualificada específica ou capacidade operacional diferenciada para sua adequada execução.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL MAYNARD
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

- A aptidão para o fornecimento será aferida por meio do atendimento às especificações técnicas dos produtos, da regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e econômico-financeira do fornecedor, bem como da efetiva capacidade de entrega dos materiais nas condições estabelecidas neste Termo de Referência.
- A Administração poderá realizar diligências para verificar a conformidade dos produtos ofertados, solicitar catálogos, fichas técnicas, registros sanitários ou outros documentos que comprovem o atendimento das especificações exigidas, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021.

8 DA CONTRATAÇÃO

- a. Nos termos do art. 95 da Lei nº 14.133/2021, o instrumento contratual poderá ser substituído por nota de empenho, autorização de compra, ordem de fornecimento ou outro instrumento hábil, considerando a natureza e o baixo valor da contratação.

9. DA VIGÊNCIA

9.1 A contratação decorrente deste Termo de Referência terá vigência de 12 (doze) meses, contados da emissão da Nota de Empenho, Ordem de Serviço ou instrumento equivalente.

9.2 O prazo de vigência poderá ser prorrogado, desde que comprovada a vantagem para a Administração e observados os requisitos previstos nos Arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

9.3 A prorrogação dependerá de manifestação formal da Administração, disponibilidade orçamentária e manutenção das condições de habilitação da contratada.

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 O licitante ou contratado que, injustificadamente, descumprir a legislação ou cláusulas editalícias ou contratuais ou der causa a atraso no cumprimento dos prazos previstos nos contratos ou sua inexecução total ou parcial, sujeitar-se-á à aplicação da penalidade de multa, nos termos deste Decreto, sem prejuízo das demais penalidades legais cabíveis, devendo ser observados, preferencialmente, os seguintes percentuais e diretrizes:

I - Multa moratória de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso na entrega de bem ou execução de serviços, até o limite de 9,9% (nove vírgula nove por cento), correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, excluída, quando for o caso, a parcela correspondente aos impostos destacados no documento fiscal;

II - Multa administrativa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação ou do valor da contratação direta em caso de recusa do licitante ou futuro contratado em assinar a Ata de Registro de Preços ou contrato, ou recusar-se a aceitar ou retirar o instrumento equivalente;

III - Multa administrativa de 3% (três por cento) sobre o valor de referência para a licitação ou para a contratação direta, na hipótese de o licitante ou futuro contratado retardar injustificadamente o procedimento de contratação ou descumprir de preceito normativo ou as obrigações assumidas, tais como:

- a) deixar de entregar documentação exigida para o certame licitatório;
- b) desistir da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Administração;
- c) tumultuar a sessão pública da licitação;



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL MAYNARD
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

d) descumprir requisitos de habilitação na modalidade pregão, a despeito da declaração em sentido contrário;

11 OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- a. Efetuar o pagamento à Contratada nas condições e preços pactuados;
- b. Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa entregar o objeto;
- c. Acompanhar, fiscalizar e avaliar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor
- d. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do(s) bem(ns) recebido(s) provisoriamente com as especificações constantes neste Termo de Referência, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- e. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto contratado, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou irregularidades observadas;
- f. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos fornecidos em desacordo com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência, em cumprimento ao disposto no § 1º do artigo 140 da Lei nº 14.133/2021;
- g. Notificar por escrito o preposto da Contratada da não aceitação do objeto, se for o caso, para que seja substituído, reparado ou corrigido, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis e eventual rescisão contratual;

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1 Fornecer os materiais de higiene pessoal em estrita conformidade com as especificações, quantidades, características e condições estabelecidas neste Termo de Referência e na proposta apresentada.

12.2 Entregar os materiais no local indicado pela Secretaria Municipal de Educação, nos prazos estabelecidos pela Administração, devidamente acondicionados em embalagens adequadas que garantam sua integridade e conservação durante o transporte.

12.3 Responsabilizar-se integralmente pelos custos de transporte, carga, descarga, seguros, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e demais despesas necessárias ao cumprimento do objeto contratado.

12.4 Fornecer exclusivamente produtos novos, de primeiro uso, em perfeitas condições de utilização, observando as normas sanitárias e regulamentares aplicáveis.

12.5 Garantir que os produtos sujeitos ao controle sanitário possuam registro, notificação ou autorização junto aos órgãos competentes, quando exigido pela legislação vigente.

12.6 Entregar produtos com prazo de validade compatível com sua utilização, observando o prazo mínimo estabelecido neste Termo de Referência.

12.7 Substituir, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação da Administração, os produtos recusados em razão de defeitos, avarias, divergências de especificação, qualidade inadequada ou qualquer desconformidade identificada pela fiscalização.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL MAYNARD
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

12.8 Responsabilizar-se pela qualidade, procedência, segurança e desempenho dos produtos fornecidos, respondendo por eventuais vícios, defeitos ou irregularidades constatadas após o recebimento.

12.9 Manter durante toda a execução da contratação todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento de contratação.

12.10 Designar representante para manter contato com a Administração e prestar os esclarecimentos necessários durante a execução contratual.

12.11 Comunicar imediatamente à Administração qualquer fato superveniente que possa comprometer o fornecimento dos materiais ou o cumprimento das obrigações assumidas.

12.12 Permitir e facilitar a atuação da fiscalização contratual, fornecendo todas as informações e documentos que venham a ser solicitados para acompanhamento da execução do objeto.

12.13 Responsabilizar-se pelos danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes de culpa ou dolo na execução da contratação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento realizado pela Administração.

12.14 Cumprir as exigências de reserva de cargos para pessoas com deficiência, reabilitados da Previdência Social e aprendizes, quando aplicável, nos termos da legislação vigente.

12.15 Aceitar, nas mesmas condições inicialmente pactuadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, observados os limites previstos no art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

12.16 Observar os princípios de sustentabilidade, sempre que aplicáveis, priorizando produtos que atendam às normas ambientais e sanitárias vigentes.

13. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- a. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial
- b. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).
- c. O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados
- d. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.
- e. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados
- f. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.
- g. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL MAYNARD
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

- h. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato.
- i. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- j. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

14. DO PAGAMENTO E EQUILIBRIO ECONOMICO-FINANCEIRO

14.1 DO PAGAMENTO

14.1.1 Deverá ser realizado o pagamento por meio de crédito em conta bancária de titularidade da Contratada, no prazo de até 30 dias, contados a partir da apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, devidamente certificada pelo fiscal do contrato, responsável pelo recebimento do objeto.

14.1.2. O aceite da execução do objeto será feito mediante o devido atesto da Nota Fiscal ou Fatura, correspondendo tão somente ao objeto contratado e efetivamente recebido.

14.1.3. Para fins de verificação da manutenção dos critérios de habilitação, o(a) contratado(a) deverá, na forma do inciso XVI do artigo 92 da Lei nº. 14.133/2021, apresentar, junto ao documento de cobrança, prova de regularidade perante o FGTS – CRF, Certidões Negativas de Débitos junto às Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio do contratado, bem como a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

14.1.3.1. Na hipótese de restar configurada a ausência de algum dos documentos exigidos ou que a empresa não está regular perante um ou mais dos órgãos elencados no item 14.1.3, o ente contratante deve dar continuidade aos trâmites relativos ao pagamento pelos fornecimentos já regularmente executados e, concomitantemente, notificar a Contratada para que apresente o(s) documento(s) ausente(s) ou adote as providências necessárias à sua regularização fiscal e trabalhista junto aos órgãos competentes, conforme o caso, concedendo -lhe prazo específico para fazê-lo.

14.1.3.2. Uma vez constatada a irregularidade, a emissão de novas ordens de fornecimento deve ser suspensa até que seja comprovada pela Contratada a sua regularidade fiscal e trabalhista, na forma do item 14.1.3

14.1.3.3. Se, transcorrido o prazo concedido sem que a Contratada tenha apresentado o documento faltante ou a comprovação de sua regularidade fiscal e trabalhista, o ente contratante deve adotar as providências cabíveis relativas à rescisão contratual com espeque no inciso I do artigo 137 da Lei nº 14.133/2021.

14.1.4. Não haverá pagamento antecipado.

14.1.5. No caso de atraso de pagamento, será utilizado, para atualização do valor o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC/IBGE.

14.1.5.1. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

14.2. DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO -FINANCEIRO



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL MAYNARD
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

14.2.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no período de um ano contado da data do orçamento estimado, realizado em 14/05/2026.

15. DA ESTIMATIVA DA CONTRATAÇÃO

Valor estimado da contratação é de R\$ 10.086,50 (DEZ MIL OITENTA E SEIS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).

O valor estimado refere-se ao valor total do lote único, composto pela integralidade dos itens descritos no Item 4 deste Termo de Referência.

16. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTARIA.

16.1. As despesas com o pagamento do referido objeto correrão à conta de recursos consignados no Orçamento do Município de General Maynard/SE, atendido pela dotação orçamentária abaixo especificada:

Unidade: 16023 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Atividade: 2045/2026 – EDUCAÇÃO INFANTIL

Conta: 3390.30.00.00

Fonte: 150001001

Unidade: 16023 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Atividade: 2092/2026 – BRASIL CARINHOSO

Conta: 3390.30.00.00

Fonte: 156900000

17. DA GESTÃO DE RISCOS

Risco	Mitigação
Entrega de produto vencido	Conferência na entrega
Produto sem registro sanitário	Exigir documentação
Produto diverso do solicitado	Recusa imediata
Atraso de entrega	Multa contratual
Produto causando reação alérgica	Exigir laudos e registros

18. DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL MAYNARD
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

General Maynard/SE, 02 de junho de 2026.

CLEVERTON MESSIAS DOS SANTOS, MAT. 0000635
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

TALITTA ALMEIDA DE SANTANA
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

ROBERTA MACIEL SANTOS SANTANA
Secretária Municipal de Educação
Decreto nº 01/2025